

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Alexandre Vieira da Silva

PENSAR O BRASIL A PARTIR DA SUA FORMAÇÃO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof Gilberto Felisberto Vasconcellos.

Juiz de Fora

2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Alexandre Vieira da Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672189A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PENSAR O BRASIL A PARTIR DA SUA FORMAÇÃO** desenvolvido durante o período de agosto a novembro de 2018 sob a orientação de Gilberto Felisberto Vasconcellos ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 06 de dezembro de 2018

Alexandre Vieira da Silva

Marcar abaixo, caso se aplique: Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação Do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

PENSAR O BRASIL A PARTIR DA SUA FORMAÇÃO

Alexandre Vieira da Silva¹

RESUMO

Este trabalho busca fazer uma análise de fatos históricos e como estes fatos foram importantes para a construção do Brasil. Através desta análise é possível ter uma percepção do país na cultura, na religiosidade, na política e em outros aspectos. Pode-se perceber que muitos resquícios, muitos vestígios deixados pelos acontecimentos históricos não desapareceram, ainda estão presentes na estrutura brasileira. Alguns resquícios são verdadeiras “sequelas” na sociedade do país. Muitos autores que serviram como referência para este trabalho, escreveram suas obras no Brasil de suas épocas, escreveram o que se pode considerar como as obras fundamentais para que se possa compreender o Brasil na sua essência. Pensar o Brasil é analisar o passado, avaliar o presente e ter a visão transformadora do futuro.

PALAVRAS CHAVE: Análise. Construção. Estrutura. Essência.

1. INTRODUÇÃO

A formação brasileira passou por vários processos, várias experiências, erros e acertos. Pensar o Brasil a partir da nossa formação é uma análise da nossa construção enquanto país e o país formado através desta construção. A abordagem começa com a chegada dos portugueses, o contato com os indígenas, os primeiros habitantes do território ocupado, a resistência do índio frente à dominação portuguesa, as heranças e como a cultura indígena é marcante no Brasil. A abordagem passa também pela Sociedade Colonial cujos resquícios ou alguns resquícios ainda estão presentes na sociedade atual. Em seguida, uma visão sobre a escravidão no Brasil. Não é um foco no sofrimento do povo negro, mas sim, a escravidão como sistema econômico e as marcas que ela deixou no país. Por último, um enfoque sobre a religiosidade brasileira, a origem do sincretismo, a fusão de elementos religiosos. O Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas é um curso onde várias disciplinas se integram. Assim como o curso é formado por várias matérias, esse trabalho é formado por conteúdos estudados em disciplinas de várias áreas, como por exemplo, a Ciência da Religião, textos de diversos autores, explanados através de uma pesquisa qualitativa e elaborado por uma metodologia exploratória.

2. O INDÍGENA: CULTURA E RESISTÊNCIA

Os portugueses fizeram o primeiro contato com os nativos logo após a chegada às terras do sul do continente americano. Na carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao rei de Portugal relatando a “descoberta” do Brasil, havia uma narração mencionando uma amistosa interação cultural dos indígenas com os europeus. Apesar dos relatos de relações amistosas, a violência passou a ser o forte da relação da Coroa Portuguesa com os nativos. A invasão europeia esfacelou a vida social dos nativos, marcando as grandes diferenças culturais. Os espanhóis ao chegar na América aniquilaram a vida nativa com a extermínio violenta. Os ingleses vieram para a América, fugindo de perseguições religiosas. Queriam um lugar onde pudessem ter liberdade para praticar sua religiosidade. Os portugueses encontraram em terras sul-americanas uma gente passiva e mesmo em número inferior foram

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: paisajebello20@yahoo.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Gilberto Felisberto Vasconcellos.

condescendentes com a população que aqui já vivia(FREYRE, 2006). Houve a utilização do nativo para o trabalho, guerras e para a conquista do território. Para colocar o índio no processo de colonização os portugueses recorreram a 3(três) métodos. O primeiro consistia na escravização na base da força, empregada geralmente pelos colonos. O outro método criava um campesinato indígena por meio da aculturação e destribalização, praticadas inicialmente pelos jesuítas e posteriormente pelas outras ordens religiosas. O terceiro método buscava a integração gradual do índio como trabalhador assalariado, medida adotada tanto por leigos como pelos religiosos. Durante todo o século XVI e início do XVII os portugueses aplicaram simultaneamente esses métodos. Naquele momento consideravam a mão-de-obra indígena indispensável aos negócios açucareiros. O sistema escravocrata de um lado e o missionário jesuítico do outro não conseguiu cessar a devastação de nativos. A tentativa de se manter uma conciliação com a população indígena tinha como base a política colonial. De acordo com FREYRE(2006), a plasticidade do português fazia com que não houvesse obstáculos no contato com o indígena, fortalecendo um povoamento miscigenado no território invadido. O europeu, reduzido em número populacional, usou a “arma” da dominação, a cultura europeia supostamente mais adiantada, se sobrepôs à outra supostamente mais atrasada forçando o ameríndio à moldagem de protótipos. A colisão das culturas dos nativos habitantes da Américas e do europeu português teve como consequência a supremacia de preceitos europeus católicos, reforçada pela moralização adotada pelo clero. A Santidade era um ritual Tupi, uma espécie de idolatria indígena no qual consistia na busca pela Terra Sem Males. O tempo sagrado que sempre se renovava. Os adeptos da Santidade se posicionavam contra os dominadores, questionando o Deus do catolicismo. Os seguidores da Santidade faziam ameaças aos indígenas considerados traidores com as mais duras penas.

“esses rituais Tupis mostravam uma resistência indígena frente à dominação. A Terra Sem Mal era uma das manifestações de inimizade entre o português, o branco e a lei dos cristãos. No Nordeste e no Rio de Janeiro houve forte resistência à invasão europeia. Em Pernambuco, na Bahia junto ao Rio São Francisco a Guerra do Gentio teve início no século XVII e estendeu-se até a segunda metade do século XVIII, com exitosos ataques indígenas contra vilas como Maragojipe, Jequiriçá, Cairu e Ilhéus. A resistência tornava legítima as denominadas Guerras Justas, ocasionando a captura de centenas de indígenas como cativos sobretudo pelos habitantes de São Paulo, os bandeirantes e pelos colonos do Maranhão e do Pará. Ao longo do Rio São Francisco houve cruéis lutas entre índios e brancos. Os colonos insistiam na ocupação das ilhas, locais cujos quais os índios tinham suas roças, abrigos de predadores naturais. O conflito pela posse das terras envolvendo fazendeiros e índios é ainda um fato da história atual brasileira.”(VAINFAS, 1995, p.50)

A mulher indígena teve um papel fundamental na sociedade colonial. Podemos entender o referido papel na obra “Casa Grande e Senzala”, de FREYRE(2006). Ele considerou a índia como a “base física” da família brasileira, o fator de grande impulso na povoação, dando vigor à vida nesta terra tropical. À nativa era atribuída a intensa higiene pessoal e o trabalho de tecer, de plantar, de preparar a farinha, a mandioca, cuidar das crianças. A arte cerâmica indígena se fortaleceu por intermédio da mulher índia. Nesse processo, a ameríndia acabou tendo uma contribuição econômica.

“À nativa atribuiu-se toda a disposição de ordem doméstica, a ordenação, o trabalho voltado para a habitação. Cabia a ela a tarefa da preparação da comida, o milho, a carne, a farinha, a pimenta(também influenciada pela cozinha africana), o amanho de peixes, as raízes. Tudo era guardado em cabaças, cuias. Instrumentos que foram úteis na culinária do tempo colonial e até hoje presentes nas cozinhas nortistas”(FREYRE, 2006, p.163).

A mandioca caiu no gosto dos colonos que deixaram de lado o trigo. A utilização da mandioca pelos indígenas era bem variada. A mandioca era usada com coco, o polvilho, a massa, os bolos, enriquecendo a culinária brasileira. Comida de índio, comida do índio. O triunfo da mandioca indígena sobre o trigo do colono. O conhecimento da atividade na terra, as plantas, as ervas medicinais, as fibras, a madeira, as tinturas de pano. A colisão das culturas dos nativos habitantes da América e do europeu português teve como consequência a supremacia de preceitos europeus católicos, mas ao mesmo tempo o colonizador munido pela arma da dominação recebeu a bagagem cultural do dominado, os costumes, moldando-os conforme o que lhe era útil. Com leitura de FREYRE(2006) é possível depreender que na formação brasileira a todo momento havia elementos entrando em oposição. O cenário

no qual começou a organização da “vida” brasileira foi o da mestiçagem. Os primeiros mestiços serviram como base para a formação da sociedade híbrida e patriarcal que iria se formar.

“Os descendentes de índios e brancos foram usados como “guardas” de moradias e de tudo que possuía valor e era armazenado em depósitos. O inglês na América do Norte exterminou o indígena e a cultura nativa, não deixando resquícios, traços, heranças na sociedade que iria se formar. No Brasil, a cultura do habitante nativo foi mantida e permaneceu viva.” (Casa Grande e Senzala, 2006, p.163)

3. A SOCIEDADE DO TEMPO COLONIAL

Nessa parte, a leitura do sociólogo e historiador Oliveira Viana foi importante para os fatos a seguir, pois da estrutura da sociedade colonial formou-se a sociedade brasileira. A sociedade colonial era rural, patriarcal, escravista e bastante hierárquica, com pouquíssima mobilidade social. Na sociedade açucareira da região Nordeste os senhores de engenho ocupavam o topo da hierarquia, tendo poder sobre a família dele e sobre as outras pessoas que estavam sob sua dominação. A família patriarcal era chefiada por grandes proprietários de terra e que possuíam grande poder político e econômico. Nas fazendas e engenhos somente o senhor era quem ditava as ordens, até mesmo no que era de interesse da população. Toda a população estava sob a dominação senhorial. No tempo colonial houve a estruturação de um domínio rural, onde a população não foi preparada para a visão que envolvesse o que era de interesse para o benefício público. Faltou participação popular, faltou também a estruturação de um mundo de esfera política como o que ocorreu em muitos países europeus. Houve um princípio de organização na formação do poder público na esfera local, municipal, mas o que podia ser visto era a participação de uma minoria representada pela aristocracia e não da população como um todo. A pequena aristocracia não se ordenou de modo que pudesse construir organismos que conseguissem adquirir habilidades para a prática da governabilidade local. A forte estrutura da fazenda e dos engenhos, constituindo a nossa comunidade agrária, resultou em um tipo de organização social onde se fazia presente a sujeição e a autoridade. O senhor de engenho era responsável por guiar e regular a vida local. Sob o domínio do senhor de engenho, a população vivia isolada, sem nenhum tipo de participação na administração do campo social e do sistema gerador da fazenda.

“Nossos grandes domínios eram(...)organizações econômicas que não possuíam nada que pudesse dar qualquer educação democrática ao povo que vivia dentro de suas terras.” (VIANA, p.304).

Todas as experiências de ação do bem comum eram direcionadas para objetivos particulares/pessoais relacionados a tudo o que era pertencente ao senhor e a família senhorial. VIANA(1999) destacou o tamanho reduzido das instituições políticas naquele período. As pequenas instituições de cunho político, foram ordenadas em unidades locais desprovidas de interesse público. O senhor da terra, dono das unidades, ao entrar na esfera eleitoral privada, não tinha necessidade de transformar esta organização.

4. A ESCRAVIDÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A vida social e econômica na América portuguesa foi marcada pela escravidão negra que teve duração de 3(três) séculos. O tráfico negreiro foi altamente rendoso para a Coroa Portuguesa. A África, naquele momento, estava sob domínio de Portugal, que iniciou o tráfico de negros escravos para terras sul americanas formando uma ligação entre África e Brasil onde aproximadamente 4 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil como

escravos entre os séculos XVI e XIX. A mão de obra escrava teve grande importância para a economia colonial, elevando a margem lucrativa. Os escravos trabalhavam nos mais diferentes setores sociais, com destaque para as lavouras de cana e as minas. Ao final do período colonial negros e mulatos representavam mais de 70% da população no país. Estavam presentes em atividades que exigiam muito esforço como transporte de pessoas, cargas e detritos humanos. Alguns tinham como atividade o artesanato, a cozinha e o comércio. A escravidão possuía um agrupamento de elementos que podiam garantir sua manutenção, essa junção de elementos era constituída pelos feitores, traficantes e capatazes. Havia também os escravos de ganho. O ventre escravo fornecia ao senhor cerca de 4 rebentos que eram convertidos em dinheiro(NABUCO, 1863). O poderoso tráfico negreiro jogou milhões de africanos na senzala. Os traficantes escravistas eram soberanos e robustecidos pela riqueza que adquiriam na desumanidade, enfrentavam quem os acusassem, os que eram seguidores da Inglaterra, que esperou um acordo que não ocorreu e travou uma luta contra o tráfico. Não havia qualquer chance de entendimento com os ingleses devido ao enorme jogo de interesse que havia na estrutura administrativa e governamental brasileira(NABUCO, 1863). Mesmo considerado como um crime o tráfico de escravos seguiu forte atingindo grandes dimensões. A escravidão influenciou a nacionalidade. Segundo Joaquim Nabuco²,

“Chamada para a escravidão, a raça negra, só pelo fato de viver e propagar-se, foi-se tornando um elemento cada vez mais considerável da população.”(NABUCO, 1863, p.35).

Há que se ressaltar também o elevado grau de abrangência da escravidão. Ela deixou profundas marcas na sociedade brasileira. Mostrou a face da subserviência. Com a domesticação do negro no Brasil não pode haver a formação de comunidades organizadas, participativas. O sistema escravocrata provocou uma depreciação da dignidade do trabalho, um entrave na modernização do país, diminuiu a política, desvalorizou a liberdade. A abolição da escravidão era temida pela oligarquia, o temor era do fim da lavoura, da destruição do poder econômico. A abolição da escravidão não representou o término dos sofrimentos do negro no Brasil. O povo libertado teve de encontrar meios de sobrevivência, pois não teve nenhum amparo dos governos. Um povo que conseguiu a liberdade, mas caiu no abismo da desigualdade, juntamente com o preconceito. Não houve nenhum tipo de inserção dos ex-escravos na sociedade. Não houve a superação do racismo e dos estereótipos negativos que foram originados durante os 3(três) séculos do regime escravocrata. O que representou o fim da escravidão em 13 de maio de 1888 para a população negra? Muitos escravos das áreas rurais continuaram nas lavouras dos senhores, vivendo em condições parecidas com a escravidão, mesmo recebendo salários. Nas áreas urbanas a situação não era muito diferente; para os ex-escravos eram reservados os postos de trabalho preteridos pelos brancos e a desigualdade salarial era gigantesca.

5. A RELIGIOSIDADE BRASILEIRA

O catolicismo no Brasil mostra pluralidade e diversidade³. O traço mais forte da religiosidade brasileira. No Estado da Bahia, mais precisamente na cidade de Salvador um dos principais eventos religiosos é a lavagem da escadaria da Igreja Nosso Senhor do Bonfim. As baianas usam água de cheiro na lavagem. Exemplos da diversidade e da fusão de elementos da fé cristã e do candomblé. A Igreja Católica foi grande parceira da Coroa portuguesa na administração da colônia. O objetivo era difundir a fé cristã na versão católica apostólica romana, promover a catequese dos índios e administrar a vida espiritual dos colonos. O catolicismo colonial teve como base teológica a doutrina reafirmada no Concílio de Trento, colocada no Brasil pelos Jesuítas. A Inquisição também teve

² Figura importante no movimento abolicionista do Brasil. Teve destaque na história, na literatura e na política. “O Abolicionismo”(1883) foi uma de suas obras de grande destaque.

³ Revista do Brasil, Número 11, Abril 2007, por Faustino Teixeira publicado em 04/04/2013. Faustino Teixeira é professor associado do programa de pós-graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), consultor do Iser/Assessoria (RJ) e pesquisador do CNPq.

participação nesse processo. A reafirmação da tradição medieval da Igreja ficou evidenciada nas práticas religiosas da população portuguesa.

“Esta população trouxe para o Brasil, a religiosidade mística, devoções e superstições que fundiram-se às práticas realizadas nas comunidades indígenas e negra.”(WHELING, 2000, p. 249).

Sentimentos religiosos e crenças foram resultados no período da colônia, da junção de três âmbitos culturais diferentes: neste caso, o branco português e católico, o indígena, com a predominância tupi e o negro formado por bantos e sudaneses. O sincretismo religioso acontecido no período colonial foi a correspondência espiritual da miscigenação ocorrida na esfera social. Na esfera religiosa havia um padrão dominante que era o catolicismo português, imposto pela motivação espiritual própria do cristianismo e também pela necessidade política da padronização religiosa das consciências. As manifestações religiosas na colônia foram caracterizadas por fortes sinais exteriores de devoção e a agregação de elementos locais. O modo de proceder em relação à religião, ia além das fronteiras sociais, manifestando-se comumente entre senhores e escravos na hora da morte. A sociabilidade na época colonial era manifestada pelas relações de pessoas entre si e intergrupos, solidificando-se em momentos relevantes como casamentos, batizados, enterros, festas religiosas e profanas. De acordo com a cultura e da sociedade daquela época, não era fácil distinguir entre festas religiosas e profanas. Era mais fácil se basear no grau de influência profana sobre as festas religiosas. As festas mais importantes do período colonial eram as do ciclo natalino, celebrações, representações teatrais, reuniões, procissões que iam de meados de dezembro ao dia 6 de janeiro. Eram realizadas nas paróquias ou nas igrejas das irmandades. As expressões de maior pompa dessa religiosidade aconteciam nas procissões e na construção de templos. Procissões que eram realizadas nas datas festivas, como por exemplo, a de Corpus Christi. Havia também festas religiosas como as do Senhor do Bonfim, na Bahia e a do Círio de Nazaré em Belém, desde o final do século XVIII. Nas procissões observava-se a participação do clero, da nobreza e o povo, revelando uma hierarquia e posições para serem consideradas(WHELING, 2000, p.252). Em algumas dessas manifestações religiosas era possível ver expressões de religiosidade e também de sincretismo. As festas da coroação dos reis negros tinham espaço em muitas comemorações. O congado carregava alguns aspectos da cultura africana(WHELING, 2000). Havia um conjunto de regras de conduta e era anunciada a chegada dos reis negros, trajados à moda da corte da Europa, com uso de joias e tecidos de luxo emprestados pelos senhores do engenho. Aos reis Congo seguia a corte com os sobas(pessoas que possuíam graduação de honra), os guardas e os quicumbis. Eram revividas as danças, ritmos e simbolismos africanos, com destaque para os de origem banto. Nas interações, nas representações, as festas tornavam-se um momento no qual os negros conseguiam difundir a forma como se enxergavam e a forma que viam a cultura que lhes era imposta. As festas do século XVIII estão sendo alvo de estudo no Brasil. As festas barrocas expressavam uma igreja que afirmava sua identidade e do Estado português daquela época que se esforçava em fazer-se presente na vida diária da colônia. Elas faziam parte de um projeto político e evangelizador que legitimava o sistema colonial em uma sociedade cujos arranjos simbólicos possuíam relevância. A mescla entre o sagrado e o profano, imaginada a fim de tornar vazios os mitos pagãos, abria espaço para um conjunto de representações mitológicas. Imagens da época do Renascimento apareciam nas procissões. As alegorias nas festas tinham o papel de palco para as representações, fazendo dessa forma uma divulgação das concepções religiosas com o uso de imagens para seduzir e para causar temor(VAINFAS/SOUZA, 2000). Na realidade religiosa colonial misturavam-se elementos católicos, negros, indígenas e também judaicos(BITTENCOURT, 2003), formando um entrelaçamento na religiosidade que era original. A igreja tolerava aqueles procedimentos sincréticos, mas colocava restrições. É possível observar nas religiões do Brasil uma assemelhação de práticas, de rituais. É onde se percebe que a religiosidade brasileira foi um resultado de concepções e culturas.

As denominações do Protestantismo Histórico santificaram a prática de identificação dos valores religiosos nativos com o mal, o pecado e a heresia. As missões protestantes rejeitaram as expressões religiosas que surgiram da Matriz Religiosa Brasileira(BITTENCOURT, 2003). Contribuíram para lançá-la ao plano inconsciente. Essa rejeição acabou por tornar-se um elemento integrante da identidade evangélica brasileira, alimentando um discurso anticatólico. Com efeito,

“o Pentecostalismo clássico seguiu os passos do denominacionalismo, o surgimento de várias linhas, ramificações. A catequese do Protestantismo Missionário manteve-se

arraigada no seu conteúdo, que por sua vez permaneceu intocável. Os conteúdos oriundos da Matriz foram engessados e colocados no espaço das superstições. Os pentecostalismos reprocessaram a religiosidade que surgiu da Matriz.”(BITTENCOURT, 2003).

Em vez de rechaçar o sistema de crenças do senso comum, houve uma discriminação e classificação de tudo o que pertenceria ao domínio de Deus e o que se encaixaria no domínio do diabo. O que pode ser observado é que os pentecostalismos deixam a Matriz Religiosa intacta, mas a realocam em um novo esquema religioso.

6. CONCLUSÃO E RESULTADOS

6.1 Da escravidão e suas consequências

Comparando a estimativa da população de 1819 com o recenseamento de 1872 é possível confirmar a mudança do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro. No final da segunda década do século XIX a região Nordeste possuía 51,2% dos escravos do país. Seis décadas depois, a região Sudeste tinha 59% desta população. A partir da década de 1830, as rendas de exportação do café foram maiores que a rendas exportadoras do açúcar. Essa mudança na base exportadora representava um deslocamento do eixo econômico e junto a ele a transferência da concentração de escravos, sendo que a economia seguiu fortemente escravista. Minas Gerais em 1819 era a maior província escravista do Brasil(FRAGOSO,1996). As exportações entre províncias nos anos de 1842 e 1843 revelaram o lugar de destaque de Minas Gerais como uma província atrelada ao mercado interno. Em meados da década de 1870, as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentravam 60% da população escrava em lugares que não eram produtores de café(FRAGOSO,1996). É possível, então, depreender a importância da produção voltada para o mercado interno que originava riqueza mensurada pela quantidade de escravos que possuíam.

Atualmente um trabalhador negro ganha, em média, um salário 36% inferior ao salário recebido por um trabalhador branco. O analfabetismo é 5(cinco) vezes maior entre os negros e ainda é baixíssima a porcentagem de negros em cursos superiores. A pobreza existente no país atinge em grande parte a população negra. Os reflexos do sistema escravocrata no Brasil podem ser observados nos números e percebidos através da realidade do país. Para o povo negro a luta não acabou. Outrora, a luta era pela liberdade e nos tempos atuais a luta é pela igualdade.

6.1.2 Das consequências da destribalização e da aculturação do índio.

A Coroa portuguesa tentou, de muitas formas, promover a integração e evitar o genocídio como as leis de 1570, 1588, 1605, 1611, mas o próprio processo de colonização implicava a morte do nativo, a desapropriação e aculturação. A Igreja Católica teve grande participação nesse processo que colocou os indígenas sob sua proteção e os Jesuítas almejavam uma ordem cristã. O índio passa pelo processo de aculturação, mas com dificuldade de absorção e incorporação. A diferença entre aculturação e integração fica bem nítida quando se analisa o processo. Entre 1940 e 1990 o problema da marginalidade econômica e cultural mostrou-se evidente quando a questão se volta para destribalização(VASCONCELLOS, 2015, P. 23). Os indígenas portam instrumentos “civilizadores”, mas se mantêm como índios, não havendo identificação com a nova comunidade na qual estão tendo contato. Um questionamento muito importante que precisa ser reforçado diz respeito ao lugar que o indígena ocupa em nossa estrutura social e o que essa estrutura é capaz de oferecer aos primeiros habitantes do território.

6.1.3 Do sistema colonial à emancipação

Independente da Coroa portuguesa, o Brasil despontou como país e também como Estado nacional com leis próprias e instituições, porém, permaneceu regido por uma monarquia. A emancipação do domínio de Portugal foi o resultado de uma aliança política entre a elite rural brasileira e o príncipe Dom Pedro. Na prática, significou a

separação política de Portugal e a permanência dos privilégios socioeconômicos, com a não alteração das estruturas na nação que estava a emergir. Do país que se libertou do domínio da Coroa portuguesa surgiu outro país: monárquico, escravista, agrário, dominado pela aristocracia rural e dependente economicamente do capital inglês. O sistema colonial não se altera, mas se moderniza através da neocolonização marginalizadora das grandes camadas populacionais, concentradas em favelas e na periferia da cidade (VASCONCELLOS, 2015), através da dependência do capital externo, da lógica do mercado, da submissão econômica resultante do imperialismo. As partes que detêm o poder apoderam-se do Estado, colocando-o a seu serviço, impondo a política econômica e financeira, enquanto a maior parte da população não possui organização para defender seus interesses, sendo manipulada e explorada.

7. CONSIDERAÇÃO FINAL

Há uma retórica que diz que o Brasil é um país sem memória. E um país sem memória é um país sem história. Para desconstruir esse discurso é preciso um olhar mais minucioso para os traços mais marcantes do nosso país. A partir desses traços percebe-se que por trás deles há uma história, uma história que permanece viva, porém, esquecida. Olhar para o passado é fazer uma reflexão e compreender o presente, mas com a perspectiva e a visão transformadora do futuro.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Enciclopédia do Estudante, ***História do Brasil – Das origens ao século XXI***, São Paulo: Editora Moderna, 2008, pp. 26-77.

A Escravidão indígena. Disponível em: www.multirio.rj.gov.br

FREYRE, Gilberto – “Casa Grande e Senzala”. ***O Indígena na Formação da Família Brasileira***. São Paulo: Global Editora, 2006, pp. 158-198.

VIANA, Oliveira – “Instituições Políticas Brasileiras.” ***O Conteúdo Ético da Vida Política Brasileira***. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999, pp. 300-306.

NABUCO, Joaquim – “O Abolicionismo.” ***Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro da Folha de São Paulo***. São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 35-46.

WHELING, Arno. “Sentimentos religiosos e crenças.” ***Formação do Brasil Colonial***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 248-251

WHELING, Maria José C. M. “Sentimentos religiosos e crenças.” ***Formação do Brasil Colonial***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 248-251

VAINFAS, Ronaldo & SOUZA, Juliana B. ***Brasil de todos os santos***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, pp. 52-59.

VAINFAS, Ronaldo. “A Heresia dos Índios”. ***Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial***. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 50 – 54.

Revista História em Foco, “História da Escravidão.” ***Liberdade, desigualdade e Nenhuma Fraternidade***. Ano 2, Nº 4 – 2017 Bauru: Alto Astral. Pp. 6-7.

BITTENCOURT FILHO, José. "Matriz Religiosa Brasileira: Gênese". In: **Matriz Religiosa Brasileira; religiosidade e mudança social**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Koinonia, 2003, pp. 43-49.

FRAGOSO, João Luís. "História Geral do Brasil." **O Império Escravista e a República dos Plantadores**. Rio de Janeiro: Campus, 1996, pp. 39-145.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. "Darcy Ribeiro: A Razão Iracunda." **A Gestão Conceitual da Antropologia das Civilizações**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, pp. 22 – 23.